



DEFICIÊNCIA MENTAL E PESQUISA: ATUALIDADES E MODOS DE CONHECER

Fabiane Romano de Souza Bridi – UFSM – PROESP/CAPES¹
Claudio Roberto Baptista – UFRGS – PROESP/CAPES²

Resumo: Este trabalho tem como objetivo a análise da produção científica brasileira na área da educação especial, com ênfase na deficiência mental, no período de 2000 a 2010. Dessa forma, realizou-se uma busca pelas produções nos sítios da Anped; no Portal Capes – Banco de Teses; no Portal Periódicos da Capes; e no Redalyc. A perspectiva teórica que dá sustentação à análise é o pensamento sistêmico a partir dos estudos de G. Bateson e H. Maturana. Tais diretrizes têm implicações no modo de conceber a pesquisa e o processo de conhecimento. Um levantamento mais amplo demonstrou uma vasta produção bibliográfica na área identificando 49 teses de doutorado, 178 dissertações de mestrado e 53 artigos. O maior contingente de pesquisas concentra-se nas áreas da Educação, Educação Especial e Psicologia. O diálogo com essas produções deu visibilidade à síntese analítica. Foi possível perceber que coabitam diferentes explicações sobre o fenômeno da deficiência mental, produzindo distintas formas de se relacionar com esses sujeitos e de definir suas possibilidades de vida e de escolarização.

Palavras-chave: educação especial, produção científica, deficiência mental

Apresentação

O presente trabalho tem como objetivo analisar a produção científica vinculada à temática deficiência mental a partir de uma interlocução com os trabalhos produzidos na área da educação especial que apresentam aproximações com os campos do diagnóstico, da avaliação inicial e da própria definição de deficiência mental. Trata-se de um universo de reflexões que pode ser considerado de grande atualidade, ao reconhecermos a existência de um amplo contingente desses sujeitos dentre aqueles considerados alunos da educação especial. É fundamental que se admita ser este um campo complexo que se expressa nas trajetórias escolares, distantes da escolarização propriamente dita, e nos efeitos na escolha dos espaços a serem frequentados por esses sujeitos.

¹ Professora Adjunta do Departamento de Educação Especial da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Pesquisadora do NEPIE – Núcleo de Estudos em Políticas de Inclusão Escolar (UFRGS).

² Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRGS. Coordenador do NEPIE – Núcleo de Estudos em Políticas de Inclusão Escolar (UFRGS). O presente trabalho integra as ações realizadas no âmbito do Programa PROESP, com apoio da CAPES.

O texto apresenta uma análise que é decorrente de revisão da literatura especializada, devendo ser considerado um exercício reflexivo que tem como pontos disparadores: o avanço da defesa de escolarização para as pessoas com deficiência mental, as incertezas associadas ao diagnóstico dessa deficiência e a suposição de que devemos qualificar pedagogicamente nossa leitura dos contextos, evitando o investimento em instrumentos fragmentadores do comportamento que levariam ao conhecimento tendencialmente reducionista acerca de quem é esse sujeito. Para realizar tal ação nos apoiamos nos pressupostos do pensamento sistêmico, principalmente nas contribuições teóricas de G. Bateson e H. Maturana, admitindo a complexidade do fenômeno em questão e assumindo que sua identificação e produção diagnóstica ocorrem na *relação* do observador com o fenômeno observado. Desta forma, entende-se que não existe uma realidade (fenômeno) objetiva independente, esta é sempre criada por quem observa (MATURANA e VARELA, 2005). Nesse sentido, destaca-se a significativa ação humana produzida por meio da linguagem na construção dos fenômenos humanos e sociais de uma realidade compartilhada.

No que se refere ao corpus de análise, esta investigação envolveu uma busca pelo conhecimento construído nos últimos dez anos. Foram acessadas as produções disponíveis no sítio da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação – Anped³; no Portal Capes – Banco de Teses⁴; no Portal Periódicos da Capes⁵ e no site Redalyc⁶.

Primeiramente apresentamos os trabalhos que foram produzidos no campo da deficiência mental disponíveis nos sítios acima referendados e posteriormente damos visibilidade à nossa síntese analítica resultante do diálogo com as produções que envolvem as temáticas específicas. A busca foi baseada na indicação de palavras-chave, na leitura dos resumos e na leitura dos trabalhos que apresentavam maior proximidade com os eixos de interesse.

Conhecendo a produção científica referente à deficiência mental

No que se refere aos trabalhos publicados pela Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação – Anped, a busca envolveu os Grupos de Trabalho (GTs)

³ Disponível em: <http://www.anped.org.br/>

⁴ Disponível em: <http://www.capes.gov.br/servicos/banco-de-teses>

⁵ Disponível em: <http://www.periodicos.capes.gov.br/>

⁶ Rede de Revistas Científicas da América Latina e Caribe, Espanha e Portugal. Disponível em: <http://redalyc.uaemex.mx/>

referentes à Educação Especial e à Psicologia da Educação (GT-15 e GT-20, respectivamente), no período compreendido entre 2000 e 2010.

Aparecem 19 trabalhos que abordam questões referentes à deficiência mental. Destacamos o fato de todos estarem vinculados ao GT-15 da Educação Especial. A maior concentração dessas produções ocorreu entre os anos de 2000 a 2004, período em que foram publicados 12 trabalhos; no ano de 2005 não aparecem trabalhos vinculados ao campo específico da deficiência mental e, entre 2006 e 2010, temos a publicação de sete trabalhos.

Em pesquisa realizada pelo Portal Capes – Banco de Teses, no período compreendido entre 2000 e 2010, foram localizadas 49 teses de doutorado que se referem à **deficiência mental**. Essas produções estão vinculadas a diferentes áreas do conhecimento – Educação (21); Educação Especial (8); Educação Física (3); Psicologia (7); Letras e Linguística (3); Saúde Pública, Saúde Coletiva e Medicina (3); Odontologia (1); Morfologia (2); e Biologia (1).

A área da Educação concentra o maior número de publicações (21), seguida da Educação Especial (8) e da Psicologia (7) que, juntas, totalizam 36 teses de doutorado das 49 produzidas nesse período. Devido à coexistência de diferentes terminologias para fazer referência à deficiência mental, realizamos uma busca, também, a partir das terminologias de **deficiência intelectual, déficit intelectual, déficit cognitivo e retardo mental**⁷.

As pesquisas de doutorado envolvendo a temática da **deficiência mental**, disponíveis no Portal Capes – Banco de Teses –, referentes às áreas da Educação, Educação Especial e Psicologia, apresentam intersecções com diferentes dimensões⁸. Porém, nesse universo de

⁷ Ao longo do presente texto, utilizaremos o conceito de ‘deficiência mental’ para fazer referência à deficiência intelectual, déficit intelectual, déficit cognitivo e retardo mental. O termo deficiência intelectual foi incluído por observamos uma substituição na utilização do termo deficiência mental por deficiência intelectual, presente, por exemplo, nos documentos oficiais, tais como o instrumento do Censo Escolar (MEC/INEP). Os termos Déficit Intelectual e Déficit Cognitivo foram incluídos por estarem presentes nas orientações para o preenchimento do Censo Escolar (MEC/INEP). E, ainda, o termo Retardo Mental foi incluído por ser a terminologia que aparece nos manuais de classificação: CID-10; DSM-IV e Sistema 2002. De acordo com o Sistema 2002, o Retardo Mental é uma incapacidade caracterizada por importantes limitações, tanto no funcionamento intelectual quanto no comportamento adaptativo, está expresso nas habilidades conceituais, sociais e práticas, devendo ter início anterior aos 18 anos de idade.

⁸ *Família* (ARAÚJO, 2001; FUENTES, 2001; GOMES, 2005; ADALBRIDA, 2006;), *Educação Profissional* (SILVA, 2000; MASSO, 2000; KHATER, 2000; FORNAZARI, 2005; CAMPOS, 2006) *Concepções e Práticas Pedagógicas* (MARQUES, 2000; DECHICHI, 2001; ADAMUZ, 2002; BUENO, 2002; MIRANDA, 2003; CACALANO, 2004), *Ensino, Aprendizagem e Conhecimento* (SILVA, 2003; STEFEN, 2003; CARVALHO, 2004; ARAÚJO, 2005; SHIMAZAKI, 2006), *Programas de Ensino* (CAPELLINI, 2004; GUHUR, 2005;

trabalhos, não aparecem produções vinculadas diretamente à temática da identificação e do diagnóstico dos alunos com deficiência mental e a seus efeitos quanto à escolarização.

Quanto às dissertações encontramos a produção de 178 trabalhos disponíveis no Portal Capes – Banco de Teses, relativos ao período de 2000 a 2010. Ao considerarmos as produções por ano de publicação, temos: no ano de 2000 (17dissertações); 2001 (14); 2002 (21); 2003 (16); 2004 (19); 2005 (12); 2006 (19); 2007 (24); 2008 (22); 2009 (9) e 2010 (5). Observa-se que o ano de 2007 concentra o maior número de publicações seguido de 2008. Porém nota-se um significativo decréscimo na produção nos anos de 2009 e 2010.

Essas pesquisas estão vinculadas a diferentes áreas do conhecimento: Educação (68); Educação Especial (30); Psicologia (34); Educação Física (7); Ciências do Movimento Humano (2); Ciências da Saúde (3); Ciências Médicas (2); Saúde Pública (2); Saúde Mental (10); Saúde Coletiva (1); Saúde da Criança e do Adolescente (1); Promoção da Saúde (1); Distúrbios do Desenvolvimento (7); Psiquiatria (1); Enfermagem (2); Odontologia (2); Biologia (2); Nutrição (1); Linguística (1); Letras (1); Engenharia de Produção (1); Direito (1); Ciências Jurídicas (1); Sociologia (1); Teologia (2) e Tecnologias da Informação e Educação (2).

No que se refere à área de concentração, Educação reúne o maior número de dissertações produzidas (68), seguida da Psicologia (34) e da Educação Especial (30) que juntas totalizam 132 dissertações de mestrado das 178 produzidas nesse período envolvendo a temática da deficiência mental. Os dados da presente investigação mostram uma tendência que confirma essas áreas de conhecimento como aquelas que assumem a deficiência mental como temática a ser investigada em modo sistemático. As variações numéricas e o declínio identificado em anos mais recentes – 2009 e 2010 – podem indicar que o sujeito e a deficiência devem estar cedendo espaço para trabalhos que se dediquem aos processos escolares, tendência que estaria em sintonia com a política educacional brasileira para a educação especial (BRASIL, 2008)

AGUIAR, 2006), *Instituições Especializadas* (MELETTI, 2006), *Classes Especiais* (AMARAL, 2004; SANTOS, 2006), *Formação de Professores* (MARQUEZINE, 2006), *Inclusão Escolar* (BARTOLOTTI, 2004; SOUSA, 2008; MUNHOS, 2009; PLETSCH, 2009), *Conceito de Deficiência Mental e seus Sujeitos* (PADILHA, 2000; FERNANDES, 2000; CARNEIRO, 2007; MOREIRA, 2009). Por motivo de limitações formais sobre as dimensões do artigo há trabalhos referidos nesta nota, mas que não foram sinalizados nas referências.

No Portal Periódicos da Capes, existem 40 artigos produzidos, no período de 2000 a 2010, relativos à deficiência mental⁹. E, no Redalyc, foram encontrados 13 artigos concernentes à temática.

A partir desse esboço, mais amplo e geral da produção científica disponível, referente à área da deficiência mental e seus desdobramentos, é possível observar a significativa produção existente, relativa à deficiência mental, publicada nos últimos dez anos. Essas produções envolvem diferentes campos do conhecimento caracterizando uma ampla variabilidade conceitual para referir e compreender o fenômeno em questão. Reafirma-se o domínio da Educação, Educação Especial e Psicologia na produção do conhecimento científico relativo à área. Considerando a vasta quantidade de obras produzidas discutiremos aqueles trabalhos considerados exemplares para elucidar os eixos analíticos que podem ser assim identificados: diagnóstico e processos de avaliação para a identificação do sujeito com deficiência mental; critérios de encaminhamento aos diferentes espaços escolares; efeitos de pertencimento às classes especiais e processos de escolarização no espaço especializado; definição e conceito de deficiência mental.

Estabelecendo Interloquções

O diagnóstico dos sujeitos com deficiência mental foi temática de interesse de Anache (2001) e Souza (2002). Ambas as produções avançam nas discussões quanto aos processos diagnósticos ao criticarem sua realização por meio de procedimentos mensuráveis e padronizados, práticas que se encontram vinculadas aos pressupostos da ciência tradicional, na medida em que compreendem a existência de uma realidade objetiva possível de ser apreendida e controlada (VASCONCELLOS, 2007; PELLANDA, 2009), caracterizando uma leitura linear e mono causal dos fenômenos humanos e sociais.

Souza (2002) analisou o fenômeno da deficiência mental a partir da psicologia social, com a finalidade de compreender os determinantes históricos, econômicos e sociais responsáveis pela construção dos padrões de normalidade e anormalidade. A autora teceu críticas à ação da psicologia que historicamente contribuiu para a construção de categorias e

⁹ No mesmo período, encontramos um artigo (em espanhol) que se refere à deficiência intelectual; um (também em espanhol) relativo ao déficit intelectual; 16 publicações que abordam o déficit cognitivo e 44 produções concernentes ao retardo mental.

para a definição de um padrão de comportamento (em geral adaptativo) ao determinar formas de se relacionar com os indivíduos com base em suas classificações. Para essa autora, a compreensão sobre a deficiência mental esteve atrelada à ação da psicologia. Esta, ao tomar como modelo um indivíduo idealizado pelo processo produtivo, continua contribuindo para naturalizar, na dimensão vivencial do indivíduo, aspectos pertencentes à dimensão social.

Anache (2001) mostra as relações existentes entre as concepções de deficiência mental e os procedimentos diagnósticos a partir da análise realizada por Nunes e Ferreira (1993)¹⁰ quanto aos modelos diagnósticos em deficiência mental: médico, psicopedagógico e social. Ao assumir o modelo social como perspectiva de trabalho, defende a compreensão da deficiência mental e a realização diagnóstica, apoiada nas contribuições de Vygotski, Leontiev e Luria. Nesse sentido, a autora avança ao propor uma compreensão mais dinâmica, relacional e processual sobre a deficiência mental, porém seu foco de discussão envolve o papel do psicólogo na realização do processo diagnóstico em deficiência mental. Dessa forma, não entra em cena o debate sobre os efeitos dos diagnósticos produzidos a partir do campo clínico, em especial, o da psicologia (mesmo que eles estejam apoiados nas contribuições histórico-culturais), nem as relações entre diagnóstico e escolarização. Em sintonia com as atuais diretrizes para o ingresso dos alunos no Atendimento Educacional Especializado e a sua inserção no Censo Escolar (MEC/INEP)¹¹, acreditamos ser imprescindível a discussão acerca dos profissionais envolvidos no processo de identificação dos alunos com deficiência mental. Quais concepções de deficiência têm sustentado as práticas de definição desses sujeitos no contexto escolar e a definição dos espaços escolares que devem frequentar?

Nesse sentido, considerando os profissionais envolvidos no processo avaliativo, a aprendizagem dos alunos e a construção de suas trajetórias escolares, a pesquisa de Sousa (2007) analisou a avaliação inicial dos alunos com indícios de deficiência mental, frequentadores do ensino comum na Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre. A investigação objetivou conhecer como esta avaliação é realizada no contexto do serviço especializado e de que forma contribui para a aprendizagem dos alunos. Apoiada nas

¹⁰ O trabalho realizado por Nunes e Ferreira (1993) trouxe importante contribuição à área da deficiência mental, tornando-se uma referência no campo da educação especial: NUNES, Leila e FERREIRA, Julio. Deficiência mental: o que as pesquisas têm revelado. In: Revista em aberto. Ano 13. n° 60. Brasília, DF: MEC/INEP, 1993.

¹¹ Referimo-nos às diretrizes para o preenchimento do Censo Escolar (MEC/INEP, 2010) que orientam o ingresso do aluno no serviço especializado e sua inserção no contexto escolar mediante parecer pedagógico do professor especializado.

contribuições teóricas de Vygotski, a pesquisa anuncia um privilégio do enfoque educacional em detrimento de um modelo clínico ao ser essa avaliação realizada por educadores especializados, no próprio ambiente escolar. Nessa perspectiva, a dimensão contextual ganha relevância. “‘Contexto’ está ligado a outra noção indefinida chamada ‘significado’. Sem contexto, palavras e ações não têm qualquer significado” (BATESON, 1986, p. 23). G. Bateson afirma, ao longo de toda sua obra, a importância do contexto, considerado necessário na descrição de todo processo que confere sentido às palavras e às ações. Retomando nossa análise da investigação desenvolvida por Sousa (2007), identificamos certa ausência de sistematização dos procedimentos avaliativos apontados pela autora e uma ampla variedade de referenciais teóricos que sustentam as práticas da chamada “avaliação inicial”. No entanto, deve-se reconhecer que as práticas analisadas apresentam características de um processo contínuo evidenciando estreitas conexões com o processo de aprendizagem dos alunos e com as práticas escolares. Tais aspectos podem ser identificados como pontos nevrálgicos para futuros investimentos em pesquisa. O referido trabalho já anunciava a importância e a ação do profissional da educação na realização da avaliação inicial do aluno e na compreensão do fenômeno da deficiência mental a partir das dimensões pedagógicas.

Os processos de avaliação para a identificação do aluno com deficiência intelectual¹², no estado de São Paulo, constituíram a tese de doutorado realizada por Veltrone (2011). A pesquisa foi desenvolvida em três instâncias responsáveis pela identificação: rede municipal, rede estadual e escola especial, envolvendo 15 locais de coleta de dados. A pesquisa apontou a não existência de diretrizes comuns à realização da avaliação desses sujeitos devido à diversidade de número e de formação dos profissionais envolvidos nesse processo. E, ainda, segundo a autora, os critérios e procedimentos apontados pela literatura especializada (no caso da referida pesquisa, é utilizada a definição de deficiência mental proposta pela AAMR¹³), não são seguidos. De acordo com essa investigação, cada equipe e/ou profissional desenvolve procedimentos muito variados, sem uma clara sistematização ou indícios de que sigam propostas associadas aos sistemas classificatórios. A autora discute a necessidade de haver uma avaliação padronizada para a identificação dos alunos com deficiência mental, pois, desse modo, seria possível evitar a arbitrariedade presente nesse processo. Defende, assim, a

¹² Termo utilizado pela autora.

¹³ A Associação Americana de Retardo Mental (AAMR) no ano de 2010 passou por mudanças terminológicas e atualmente é referendada a partir da sigla AAIDD – American Association on Intellectual and Developmental Disabilities.

adoção do sistema avaliativo da deficiência mental proposto pela antiga AAMR, atual AAIDD¹⁴, o qual possui ampla difusão no cenário internacional e influencia outros sistemas classificatórios. Os sistemas classificatórios caracterizam-se pela tentativa de objetividade, previsibilidade e controlabilidade das manifestações do comportamento humano; referem o pensamento humano num determinado período histórico; representam um paradigma. No campo escolar, a descrição comportamental de cada categoria produz uma imagem sobre quem são esses alunos. Em geral, temos a reafirmação de uma representação homogênea, a qual muitas vezes impede percepções sobre as especificidades de cada um e a construção de experiências singulares. A descrição comportamental constrói e delimita práticas. Tais descrições pressupõem um aluno classificável, reduzido a um quadro de manifestações comportamentais que parecem não envolver os sentidos, os significados, as singularidades e a subjetividade. Conforme as contribuições de Pellanda (2009), tal prática encontra suas origens na ciência clássica e na atuação desta como um conjunto de conhecimentos sem sujeito (ou um sujeito-fantasma), porque desconsidera a participação concreta deste na constituição da realidade, do aprender e de si mesmo.

Na relação entre diagnóstico e espaço escolar, o trabalho de Amaral (2001) discutiu os critérios de encaminhamentos dos alunos aos diferentes espaços escolares (no caso, as classes especiais). Esse trabalho demonstra a forte presença do campo clínico na proposição dos serviços em educação especial. A autora apresenta os números expressivos de crianças avaliadas e encaminhadas às classes especiais e, conseqüentemente, vinculadas a um diagnóstico de deficiência mental. Dessa forma, vivemos dentro da escola a necessidade diagnóstica e classificatória; buscam-se, nas diferentes categorizações, explicações sobre os modos de ser do sujeito já “preso” à sua classificação. Assim, “os critérios e procedimentos usados no processo de classificação determinam não somente os aspectos do indivíduo que serão focalizados (inteligência, conduta adaptativa, sociabilidade, etc.), mas principalmente as atitudes e práticas educativas com relação a ele.” (NUNES; FERREIRA, 1993, p. 39).

¹⁴ O Sistema conceitual, diagnóstico e classificatório proposto pela AAMR, é conhecido no Brasil como Sistema 2002. Cabe destacar que a décima edição deste manual diagnóstico passou por recente revisão conceitual que foi apresentada a partir de nova publicação nos Estados Unidos, ainda sem tradução para o português. “Intellectual Disability: Definition, classification, and Systems of Supports” (11th edition, 2010). Neste manual, destaca-se a mudança terminológica de deficiência mental para Intellectual Disabilities (deficiência intelectual), apesar da definição permanecer a mesma apresentada em 2002. Segundo as orientações da própria Associação, o termo refere o mesmo grupo de pessoas que eram elegíveis para o diagnóstico de deficiência mental, devendo ser tratado como sinônimos.

Para além dos critérios de encaminhamento, os efeitos de pertencimento às classes especiais foram objetos de pesquisas de Amaral (2004) e Santos (2006). Os referidos autores analisam os processos de subjetivação e as trajetórias de escolarização, respectivamente, dos alunos egressos dessas turmas. Ambos os estudos se diferenciam por dar voz aos sujeitos com deficiência mental, priorizando o discurso de cada um sobre sua própria trajetória. A pesquisa de Amaral (2004) coloca em evidência os efeitos marginalização vivenciados por esses alunos, vítimas de uma escola pública, muitas vezes ineficiente e excludente, que contribui para a produção do sujeito com deficiência mental. A investigação de Santos (2006) revelou as evidentes diferenças nos processos de escolarização desses alunos apesar do seu diagnóstico de deficiência mental e de terem frequentado as classes especiais. Aponta a rede de relações sociais vividas no contexto familiar, no contexto escolar e nos diferentes ambientes sociais como determinante para a configuração das trajetórias escolares.

Kassar (2006) também analisou os processos de escolarização de alunos de classes especiais para deficientes mentais a partir do relato dos próprios sujeitos. A autora desenvolveu uma pesquisa com adultos considerados “deficientes mentais” durante a infância. Seu trabalho foi feito com base na memória e no discurso desses ex-alunos, referentes ao período em que frequentaram o espaço escolar especializado. Apoiada na abordagem histórico-cultural, em especial, nas contribuições vygotskianas, a autora compreende a memória e o discurso como dimensões construídas socialmente. Dessa forma, evidencia a presença de elementos típicos da singularidade da memória e do discurso de um sujeito que evocam a condição de muitos outros sujeitos, bem como elucidam os aspectos constitutivos da própria história da educação especial.

As narrativas sobre a escolarização dos sujeitos com histórico de deficiência mental também foram objeto de análise de Gai (2008). A autora teve como objetivo conhecer o perfil, as expectativas e as perspectivas desses alunos frequentadores do ensino comum, como também, produzir uma análise dos sentidos atribuídos por eles ao processo de participação e escolarização. As contribuições da abordagem histórico-cultural, em especial de Vygotski e Bakhtin, serviram de sustentação teórica para a produção analítica. A autora aponta o redimensionamento do fazer pedagógico e as novas possibilidades de inclusão, por meio de mudanças na concepção de deficiência mental, compreendendo-a como uma construção sociocultural produzida nas relações. Sinaliza essas (re)significações como meios possíveis dos sujeitos constituírem-se e construírem seus percursos escolares, suas trajetórias de vida.

Percurso e possibilidades de escolarização das pessoas com deficiência mental no espaço especializado constituíram-se em objeto de investigação de Meletti (2006). A autora estudou os mecanismos utilizados pela instituição especializada em relação à pessoa com deficiência mental e observou que esses tendem a manter os sujeitos nesta condição, no âmbito da filantropia e sem acesso aos efetivos processos de escolarização.

A investigação realizada por Carneiro (2007) desponta como uma produção singular ao priorizarmos as discussões sobre definição da deficiência mental. Por intermédio da pesquisa desenvolvida com três adultos com Síndrome de Down que não se constituíram como pessoas com deficiência mental, a autora produz rupturas nas formas tradicionais de se compreender a deficiência mental. Apoiada na abordagem histórico-cultural, especialmente nas contribuições de Vygotski, defende a tese de que a deficiência mental é uma produção social. “A ideia-base é que, mesmo diante de qualquer alteração orgânica, ainda que esta seja em nível estrutural ou funcional do sistema nervoso, é pelas e nas relações sociais que o sujeito se desenvolverá, ou não, como deficiente mental” (p. 6). A história de vida configura-se como opção metodológica, por meio da qual a autora desenvolve um olhar atento aos elementos constitutivos das histórias singulares desses sujeitos que rompem com os prognósticos desanimadores e apontam para a construção de outras possibilidades existenciais. Dessa forma, a autora oferece elementos para um redimensionamento da compreensão da deficiência mental.

As temáticas mais contempladas em pesquisas na área da deficiência mental são anunciadas por Anache e Mitjás (2007). A partir da análise da produção científica as autoras identificam a avaliação e o diagnóstico, o ensino, as interações sociais, a saúde, a inclusão e a avaliação educacional como os assuntos mais abordados no estudo da deficiência mental no período de 1990 a 2005/2006. Em consonância com nossa perspectiva de análise, as autoras apontam a necessidade de ampliação dos estudos que referenciem o debate acerca da aprendizagem e, principalmente, que problematizem a produção do diagnóstico para fins educacionais, como apontado por Nunes *et al* (1998). Destacam a necessidade de aprofundamento dos critérios de identificação e encaminhamentos dos alunos com deficiência mental para os serviços especializados. Para Anache e Mitjás (2007), apesar das oportunas críticas quanto ao processo diagnóstico, “... alguns problemas não foram resolvidos, dentre eles, a necessidade de construção de outras formas de avaliação de pessoas com deficiência mental, capazes de oferecer informações sobre os seus processos de aprendizagem.” (p. 259).

Apontam a importância de se produzirem pesquisas capazes de oferecer elementos para essa construção.

O conceito e a definição de deficiência mental usados em pesquisas relativas à inclusão escolar de pessoas com essa deficiência no ensino regular integram as reflexões de Munhos (2009). O autor, em sua análise, afirma que é possível identificar que as diretrizes predominantes na definição de deficiência mental e na identificação desses sujeitos são aquelas relativas ao Sistema 2002, da AAMR, envolvendo quase metade dos estudos analisados. Além dessa perspectiva, com evidentes desdobramentos pragmáticos associados à sistematização das etapas, o autor destaca a presença da teorização vinculada ao pensamento de Vygotski como uma base recorrente nas pesquisas. O destaque dessa teoria encontra-se em consonância com as bases indicadas nos estudos apresentados ao longo do presente texto. Apesar de não termos analisado, em modo sistemático, todo o conjunto de trabalhos que integram a investigação, parece-nos significativa a emergência desse universo teórico com uma das bases para o debate acerca do conceito e da identificação da pessoa com deficiência mental.

Apontamentos

Uma exposição relativa à produção científica, no que diz respeito à temática da deficiência mental, foi o objetivo deste estudo. Para isso, foi trilhado um percurso que contemplou pesquisas desenvolvidas sobre a temática, com o intuito de conhecer, construir pontos de conexões, produzir uma análise.

Foi possível identificar uma vasta produção bibliográfica na área da deficiência mental a partir de distintas áreas do conhecimento. A Educação, a Educação Especial e Psicologia despontam como os campos do saber responsáveis pela produção do conhecimento na área em modo mais sistemático. Eixos organizativos orientaram a realização da análise produzida com base nas contribuições do pensamento sistêmico e através de uma interlocução com as obras consideradas exemplares para a elucidação das tendências.

A arbitrariedade presente nos processos de identificação e diagnóstico dos sujeitos com indícios de deficiência mental, identificada em algumas das produções referendadas, evidencia o caráter tendencialmente subjetivo e polissêmico do processo avaliativo. Através desta investigação foi possível perceber que coabitam diferentes explicações, descrições e

leituras sobre o fenômeno da deficiência mental. Inevitavelmente, as formas de se perceber, compreender e conhecer produzem efeitos nos modos de se relacionar e nas possibilidades de se escolarizar os alunos identificados nesta categoria.

Nesse sentido, reconhecemos a intrínseca relação entre os processos de identificação e diagnóstico, as possibilidades de escolarização e frequência dos alunos nos diferentes espaços escolares. Compreende-se, em consonância com as obras referendadas, que o pertencimento aos distintos espaços escolares (instituição especial, classe especial, atendimento educacional especializado) produz efeitos nos sujeitos escolares.

A produção da identificação ou do diagnóstico mostra-se relacionada ao conceito e a definição de deficiência mental. A investigação indicou que, como área de conhecimento, utilizamos predominantemente a definição proposta pela AAMR/AAIDD através do Sistema 2002, assim como as contribuições da abordagem histórico-cultural, em especial de Vygotski, para compreender a deficiência mental. Esta abordagem teórica é evocada em muitos estudos que buscam romper uma lógica de previsibilidade restrita frente às possibilidades de vir a ser dos sujeitos com índices de deficiência mental. Nesses casos, são privilegiados os processos, valorizadas as interações e as relações sociais. Pode-se perceber que a ênfase dirigida aos contextos, na busca da compreensão acerca do sujeito, aponta possibilidades mais complexas e potencializadoras de intervenção e mudança.

Em um momento histórico, político e educacional em que temos uma (re)definição do público-alvo da educação especial e a construção de critérios para o ingresso e para a frequência dos alunos no Atendimento Educacional Especializado, a temática (identificação/diagnóstico/sujeito) parece emergir vinculando-se à necessidade de ser problematizada, refletida, questionada. Ao reconhecermos que a deficiência mental diz respeito ao maior contingente desses sujeitos e constitui ainda um território de certa fragilidade nos procedimentos de identificação, admitimos que são necessários muitos investimentos para qualificar esse processo e ampliar o debate pedagógico que deveria se constituir importante das reflexões sobre o tema.

Referências

AMARAL, Tatiana Platzer do. Encaminhamento de crianças à classe especial: o registro oficial dos profissionais responsáveis. *Anais*. 24ª Reunião anual da Anped. Caxambu, 2001.

AMARAL, Tatiana Platzer do. *Deficiência mental leve: processos de escolarização e subjetivação*. Tese (Doutorado). Programa de Pós Graduação em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano, Universidade Federal de São Paulo, USP, São Paulo, 2004.

ANACHE, Adriana. Reflexões sobre o diagnóstico psicológico da deficiência mental utilizado em educação especial. *Anais*. 24ª Reunião anual da Anped. Caxambu, 2001.

ANACHE, Alexandra & MITJÁNS, Albertina. Deficiência mental e a produção científica na base de dados da CAPES: o lugar da aprendizagem. Pesquisas sobre deficiência mental. In: *Revista semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRABEE)*. vol.11, nº2, Campinas, SP, 2007. p.253-274.

AMERICAN ASSOCIATION ON MENTAL RETARDATION – AAMR. *Retardo mental: definição, classificação e sistemas de apoio*. 10 ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

BATESON, Gregory. *Mente e natureza*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL, Censo Escolar 2010. Brasília: MEC/INEP Educacenso 2011. Disponível em: <http://www.inep.gov.br>. Acesso em 31/03/2011.

CARNEIRO, Maria Sylvia Cardoso. Deficiência mental como produção social: uma discussão a partir de histórias de vida de adultos com Síndrome de Down. Tese (Doutorado). Programa de Pós Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, Porto Alegre, 2007.

DSM-IV-TR. *Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais*. 4ed. rev. Porto Alegre: Artmed, 2002.

GAI, Daniela Noal. *Deficiência mental, escolarização, narrativas: a terceira margem do rio?* Dissertação (Mestrado). Programa de Pós Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, Porto Alegre, 2008.

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. Quando eu entrei na escola... Memórias de passagens escolares. In: *Cadernos Cedes*. vol.26, nº68, Campinas, SP, 2006. p.60-73.

MATURANA, Humberto; VARELA, Francisco. *A árvore do conhecimento: as bases biológicas da compreensão humana*. 5ªed. São Paulo: Palas Athena, 2005.

MELETTI, Silvia Márcia Ferreira. *Educação escolar da pessoa com deficiência mental em instituições de educação especial: da política à instituição concreta*. Tese (Doutorado). Programa de Pós Graduação em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano. Universidade de São Paulo, USP, 2006.

MUNHOS, Airton Tadeu Barros. *Inclusão escolar de pessoas com deficiência intelectual/mental: estudo das pesquisas em teses e dissertações produzidas por programas de*

psicologia e de educação. Tese (Doutorado). Programa de Pós Graduação em Educação (Psicologia da Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, 2009.

NUNES, Leila; FERREIRA, Julio. Deficiência mental: o que as pesquisas têm revelado. In: *Revista em aberto*. Ano 13. n°60. Brasília, DF: MEC/INEP, 1993.

NUNES, Leila; Glat, Rosana; Ferreira, Júlio e Mendes, Enicéia. *Pesquisa em Educação Especial na Pós-Graduação*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1998.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. *Classificação de transtornos mentais e de comportamento da CID-10 – Descrições clínicas e diretrizes diagnósticas*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. *Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde – CIF*. Classificação detalhada com definições. Todas as categorias com suas definições, inclusões e exclusões. OMS, 2003.

PELLANDA, Nize Maria Campos. *Maturana e a educação*. Coleção pensadores & educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

SANTOS, Roseli Albino dos. *Processos de escolarização e deficiência: trajetórias escolares singulares de ex-alunos de classe especial para deficientes mentais*. Tese (Doutorado). Programa de Pós Graduação em Educação: história, política e sociedade. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, 2006.

SOUSA, Gabriela Brabo. *A avaliação inicial do aluno com deficiência mental na perspectiva inclusiva*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, Porto Alegre, 2007.

SOUZA, Márcia Imaculada. [O impacto da psicologia na construção histórica do conceito de deficiência mental](#). *Anais*. 24ª Reunião anual da Anped, Caxambu, 2002.

VASCONCELLOS, Maria José Esteves de. *Pensamento sistêmico: o novo paradigma da ciência*. 6ªed. Campinas, SP: Papirus, 2007.

VELTRONE, Aline Aparecida. *Inclusão escolar do aluno com deficiência intelectual no estado de São Paulo: identificação e caracterização*. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação Especial, Centro de Educação e Ciência Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011.